



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

Aos dois dias do mês de março de dois mil e onze, nesta cidade de São Paulo, na sala do Conselho da São Paulo Previdência, sito à Rua Bela Cintra, nº 657, 1º andar, às 10 horas, conforme prévia convocação, reuniu-se ordinariamente o referido Conselho. Presentes o Sr. Carlos José Teixeira de Toledo, Conselheiro Presidente, o Sr. Tzung Shei Ue, Vice-Presidente e os Conselheiros titulares Celso Pinhata Júnior, Ernesto de Jesus Herrera, Ângelo D'Agostini Júnior, Ivani Maria Bassotti, Lílian Salvador Paula, Rodolpho Marques Filho, Carlos Antônio Gamero, Eugênia Netto de Andrade e Silva Sahd, Luis Carlos dos Santos e Antônio Dorival Gamba e Júlio Bonafonte. Ausente o Conselheiro Osmar de Oliveira Marchese, cuja falta foi justificada e presente o seu suplente, o Sr. José Salomão Fernandes. Presentes, ainda, o Diretor Presidente da SPPREV, Carlos Henrique Flory e o Secretário Executivo, José Roberto de Moraes. O Presidente do Conselho declarou abertos os trabalhos da reunião. Inicialmente a ata da 33ª reunião ordinária foi aprovada e assinada por todos. O Presidente do Conselho informou que o Relatório de Dívidas e Haveres já foi assinado por todos os Secretários e que será encaminhado aos Conselheiros. Foi entregue aos Conselheiros cópia da resposta encaminhada pela Secretaria da Educação, ao questionamento deste Conselho em relação à aposentadoria especial e ao cumprimento do Parecer P.A. nº 61/2010, da Procuradoria Geral do Estado. O Diretor Presidente da São Paulo Previdência disse que a conclusão do Relatório de Dívidas e Haveres deve ser considerada como um importante passo histórico, já que trouxe uma solução ao passivo que estava pendente a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

pelo menos cinqüenta anos. O Diretor Presidente informou que o Projeto de Lei nº 48/2010, que possibilita o preenchimento das funções de gerência e supervisão por ocupantes de cargos em comissão, foi aprovado. O Secretário Executivo lembrou que a Lei Complementar 1058/2008 previa inicialmente que depois de dois anos a serem contados a partir da publicação da Lei, as funções de supervisão e gerência só poderiam ser exercidas por funcionários concursados, no entanto ao final do prazo, no mês de dezembro de 2010, os concursados haviam completado apenas um ano de experiência, e não tinham adquirido todo o conhecimento necessário para o exercício daquelas funções. O Secretário Executivo complementou dizendo que o prazo previsto na Lei Complementar 1058/2008 foi prorrogado por mais dezoito meses e que nesse período serão nomeados funcionários concursados para as funções de comando. O Secretário Executivo informou que o concurso da SPPREV já está sendo programado com a Fundação Carlos Chagas. O Conselheiro Antonio Dorival Gamba relatou que chegou ao seu conhecimento que houve inativos que efetuaram o recadastramento no Banco do Brasil, no mês de dezembro, e não receberam pagamento no mês de janeiro e lhe foi informado pelo DDPE da Secretaria da Fazenda que o Banco do Brasil não encaminhou as informações à SPPREV. Disse, ainda, que ao verificar o problema o aposentado compareceu à SPPREV, efetuou o recadastramento e recebeu o pagamento na folha suplementar do dia 22 de janeiro. O Conselheiro perguntou por que a SPPREV não comunicou os beneficiários sobre a ocorrência desses problemas. O Secretário Executivo esclareceu que não foi comunicado, por que a SPPREV não tinha conhecimento desses fatos, mas que irá verificar o ocorrido. A Conselheira Eugênia Netto de Andrade e Silva Sahd comentou que também chegou ao seu conhecimento a ocorrência de problemas com pensionistas, que compareceram ao Banco do Brasil para efetuar o recadastramento, mas os seus nomes não constavam do arquivo do Banco, e ao entrar em contato com a SPPREV foi informada de que houve uma falha,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

por parte do Banco, no processamento dos dados e que também foi necessário comparecer à SPPREV para regularizar a situação. O Diretor Presidente comentou que o Banco do Brasil não tem prestado o serviço de forma satisfatória e informou que a SPPREV irá encaminhar uma queixa ao Secretário da Fazenda, pela recusa do Banco em disponibilizar os holerites dos inativos em suas agências. A Conselheira Lilian Salvador Paula comentou que o IAMSPE só aceita o holerite original. O Diretor Presidente comentou que foi proposta pela SPPREV a disponibilização dos holerites em uma máquina de auto-atendimento nas agências e que o Banco quer aumentar o preço e cobrar o valor de acordo com a quantidade de holerites disponibilizados e não apenas aqueles que forem emitidos. A Conselheira Ivani Maria Bassotti perguntou se esses problemas só ocorreriam no caso dos aposentados. O Diretor Presidente comentou que sim, pois os pensionistas recebem seus holerites pelo correio. O Conselheiro José Salomão Fernandes perguntou se os holerites não poderiam ser encaminhados pelo correio. O Diretor Presidente comentou que os pensionistas recebem seus holerites pelo correio, por que são em número reduzido e para o acompanhamento de seu cadastro por parte da SPPREV. O Conselheiro Carlos Antônio Gamero comentou que o Banco do Brasil tem prestado seus serviços de forma insatisfatória também para as Universidades. O Conselheiro Antonio Dorival Gamba comentou que a partir de janeiro de 2012 será criada a conta salário, na qual o servidor poderá optar pelo banco em que irá receber o pagamento. O Secretário Executivo disse que é bastante provável que esse prazo seja prorrogado, já que isso depende de TED e o sistema bancário ainda não é capaz de emitir o número de TEDs necessários para suprir a demanda. O Conselheiro José Salomão Fernandes comentou que o INSS já efetua o pagamento do benefício no banco indicado pelo beneficiário. O Secretário Executivo disse que o INSS encaminha a folha de pagamento com antecedência, o pagamento é escalonado e só efetua o pagamento em bancos de grande porte. O Conselheiro Antonio Dorival Gamba relatou que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

foram recebidas muitas reclamações na Secretaria da Fazenda sobre o atendimento telefônico da SPPREV, pois os funcionários dos órgãos setoriais têm dúvidas de como operar no sistema ou o mesmo apresenta problemas e não conseguem um contato com a SPPREV para o esclarecimento das dúvidas. Disse, ainda, que depois de várias tentativas de contato telefônico, os funcionários da cidade de Taubaté que operam o sistema compareceram à SPPREV e não foram atendidos, porque não haviam agendado um horário. O Conselheiro recomendou que houvesse o aperfeiçoamento do sistema de atendimento telefônico pelos funcionários da SPPREV. O Secretário Executivo informou que foi assinado um novo contrato de prestação de serviços de atendimento de Call Center, com a empresa vencedora da licitação, que não prevê um número de postos fixos, mas fixa o tempo de atendimento. Informou, ainda, que uma das empresas que estavam concorrendo no pregão eletrônico, foi desclassificada, por ter se identificado no momento do certame licitatório, e impetrou um mandado de segurança, tendo obtido uma liminar no dia 17 de fevereiro, que suspendia a assinatura do contrato e o início de sua execução, no entanto a assinatura do contrato e a emissão da ordem de serviço haviam ocorrido no dia 15 de fevereiro. O Secretário Executivo comentou que a Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda recomendou que a SPPREV suspendesse preventivamente a execução dos serviços, no entanto a SPPREV só irá suspender com ordem judicial. Informou, ainda, que se não houver ordem judicial em contrário, até o dia 20 de março a nova empresa assumirá os serviços de Call Center. O Conselheiro Antonio Dorival Gamba disse que a situação relatada se refere ao atendimento dos funcionários que operam o sistema, e não ao atendimento aos beneficiários. O Secretário Executivo comentou que isso poderá ser mais bem estruturado com a contratação emergencial da empresa prestadora dos serviços de manutenção do SIGEPREV, que poderá oferecer suporte aos usuários do sistema. A Conselheira Eugênia Netto de Andrade e Silva Sahd solicitou que a SPPREV



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

informasse a Assembléia Legislativa antes de publicar a tabela de aumento da aposentadoria pela média, já que esta tabela foi publicada no dia 28 de janeiro e não foi informado previamente. Nesse momento, foi entregue a todos os Conselheiros o relatório dos processos das aposentadorias concedidas pela SPPREV referente ao período de julho de 2010 até o presente momento. O Diretor Presidente comentou que foi feita uma força tarefa com os funcionários da Secretaria da Educação, para tramitar os processos no sistema até a fase da publicação. O Conselheiro Rodolpho Marques Filho perguntou sobre os processos que estão pendentes na origem. O Diretor Presidente esclareceu que esses são os processos que foram protocolizados no órgão de origem, mas que ainda não foram encaminhados à SPPREV. O Conselheiro José Salomão Fernandes comentou que se os processos já vêm instruídos do órgão de origem, a SPPREV só é responsável pela tramitação no sistema. O Diretor Presidente disse que quando o SIGEPREV estiver em perfeito funcionamento os processos virão pelo sistema, e não fisicamente, toda a base de dados estará disponível e o sistema calculará automaticamente. O Secretário Executivo disse que o órgão deve encaminhar o processo físico e a SPPREV monta um processo com alguns documentos que deverão ser encaminhados para o Tribunal de Contas. O Conselheiro Antonio Dorival Gamba comentou que constou do balancete do mês de dezembro a tabela 12.2 de Demonstrativo de Aposentadoria por Órgão/Entidade em que a informação dos inativos no mês de dezembro da Secretaria da Fazenda não coincide com a tabela que é elaborada por esta Secretaria, o que demonstra que há inconsistências. O Conselheiro perguntou a que se refere o número de inativos do IPESP. O Diretor Presidente disse que se trata dos inativos do antigo IPESP e esclareceu que a SPPREV está tentando criar formar um grupo de Gestão do Conhecimento, que será responsável pelo fornecimento das informações que são divulgadas, para que não haja divergência. Passou-se ao Item 1 da Pauta “Deliberação sobre o balancete do mês de dezembro de 2010”. O Presidente



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

do Conselho informou que os Balancetes e o Relatório Gerencial foram aprovados pelo Conselho Fiscal, de acordo com os Pareceres 03/2011 e 04/2011. O Conselheiro José Salomão Fernandes pediu esclarecimentos sobre a forma de arrecadação e de controle da receita da Taxa de Administração. O Secretário Executivo disse que a transferência de receitas é feita por meio do SIAFEM – Sistema Integrado de Administração Financeira e que o controle é feito pela Diretoria de Administração e Finanças. O Conselheiro perguntou como são feitos os pagamentos para as empresas contratadas. O Secretário Executivo informou que os pagamentos são feitos através da emissão de nota de empenho. O Presidente do Conselho sugeriu que o Conselheiro José Salomão Fernandes encaminhasse os seus questionamentos ao Conselheiro Osmar de Oliveira Marchese para que ele os trouxesse na próxima reunião. O Conselheiro Antonio Dorival Gamba perguntou se a aprovação do balancete de dezembro implica a aprovação do Balanço Anual de 2010. Foi dito que não. O Conselheiro disse que lhe causou estranheza algumas colocações que constam do Relatório Gerencial, por que há unidades do Estado que deixaram de fazer o repasse da Taxa de Administração para SPPREV, apesar de no início de cada ano ser publicada uma tabela com o valor da Taxa de Administração dos órgãos, e as unidades deveriam ter orçamento para pagar a Taxa. O Diretor Presidente comentou que no mês de janeiro as Universidades deixaram de recolher o valor total da Taxa, alegando não possuírem orçamento. Feitos os esclarecimentos, ficou deliberada por unanimidade, nos termos do parecer do Conselho Fiscal, a aprovação do balancete referente ao mês de dezembro de 2010, com a recomendação de que seja observado o pagamento da Taxa de Administração pelas Secretarias, tendo em vista se tratar da única fonte de receita administrativa da SPPREV. Passou-se ao Item 2 da Pauta “visitas às Entidades Gestoras do Regime Próprio de Previdência Social de outros Estados”. O Diretor Presidente comentou que havia se comprometido a trazer a composição do CONAPREV, com os dirigentes



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

estaduais que permaneceram e os que foram substituídos, no entanto a reunião que estava agendada para o início de março foi adiada para o final de abril. O Conselheiro Ângelo D'Agostini Júnior comentou que havia sido proposta na última reunião que seriam feitas visitas à entidade gestora do RPPS do município e do Estado do Rio de Janeiro e perguntou se houve a substituição do dirigente nesses dois entes. O Diretor Presidente comentou que o dirigente do RPPS estadual foi substituído, mas não sabe se essa substituição foi provisória ou permanente. Disse, ainda, que julga conveniente que a visita seja feita no momento em que houver a definição do dirigente. O Conselheiro Luiz Carlos dos Santos comentou que em reuniões anteriores foi deliberado por este Conselho a realização de uma visita à entidade gestora do RPPS do Rio Grande do Sul, que seria até mais interessante, pois é a entidade que possui uma realidade mais próxima a de São Paulo. O Conselheiro Antonio Dorival Gamba solicitou o comparecimento do ouvidor da SPPREV na próxima reunião, para explicar o funcionamento da Ouvidoria. O Conselheiro também comentou que, até o dia 31 de março, a SPPREV deverá encaminhar um relatório com a aprovação das contas ao Ministério da Previdência. O Diretor Presidente disse que a apresentação do Balanço Anual está dependendo da aprovação do parecer elaborado pela auditoria. Por fim, ficou agendada a próxima reunião ordinária para o dia 1º (primeiro) de abril, sexta-feira, às 10 horas. E, para constar, eu, Renata Malpica Caldeira, Secretária do Conselho, lavrei e subscrevo esta Ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos conselheiros presentes.